

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL INDUTOR DE AUTO-ORGANIZAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES SOCIAIS E NO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL: NOTAS INTRODUTORIAS E APROXIMATIVAS

Edson Marques Oliveira¹

RESUMO: Neste artigo objetivamos apresentar o resultado de um exercício teórico introdutório e aproximativo, da utilização do paradigma da auto-organização sob o fenômeno do empreendedorismo social, partindo da hipótese de que o mesmo é um fator indutor e gerador de auto-organização do sistema social, contribuindo para o desenvolvimento integrado e sustentável, bem como, no enfrentamento das expressões da questão social através das ações das organizações do terceiro setor e integração com os demais setores, governamental e empresarial. A importância desta abordagem, está na constatação do desafio de leitura crítica e ação criativa face a complexidade das novas clivagens de enfrentamento das expressões da questão social, (exclusão e desigualdade social, pobreza, etc) e do paradoxo entre o crescimento da pobreza e exclusão social frente aos processos de reestruturação produtiva e efeitos da globalização, e desenvolvimento científico. A reflexão mostrou que o empreendedorismo social se mostra como uma ação promissora quanto a desencadear de ações locais com efeitos globais e impacto social significativos. Confirmando assim, a hipótese de trabalho, pois o mesmo gera transformação social, emancipação social, empoderamento dos cidadãos, e com isso aumenta o estoque de capital social, contribuindo desta forma para o desenvolvimento sustentabilidade e justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Auto-organização, Questão social, Terceiro setor, Empreendedorismo social, Desenvolvimento integrado e sustentável.

1 INTRODUÇÃO

A complexidade dos fatos nas últimas décadas, tem levado as varias ciências como grupos de pessoas, a buscarem novas saídas para solucionar os problemas que vem assolando a humanidade. Entre elas a pobreza e exclusão social (DANTAS, 1999; DOWBOR, 2001), Entre estas ações, surge na metade na década de 1990, o empreendedorismo social. Inicialmente, como uma derivação do empreendedorismo empresarial, e fortemente influenciado pela ação das empresas privadas no campo social e público, vem assumindo formas e estratégias próprias, em parceria com o crescimento do terceiro setor e da necessidade e busca de ações de grande impacto e mudanças efetivas. No epicentro deste cenário, surgem novos paradigmas propondo uma abordagem diferenciada, permitindo descortinar elementos contidos na complexidade dos fenômenos sócio-econômicos deste início do século XXI. Entre estes paradigmas, temos observado a auto-organização de forma geral, e da proposta e perspectiva de *autopoiesis* na obra e conceito de sistema social no biológico do conhecimento proposta por MATURANA (1997). É o que procuramos apresentar a seguir. Para tanto, procuramos num primeiro momento, mesmo que em linhas mais gerais, situar o debate sobre o enfrentamento da questão social em suas múltiplas

¹ Assistente social, doutor em Serviço Social pela Unesp-Franca/SP, Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, professor adjunto da Unioeste, Campus de Toledo-PR, pesquisador do GEPEC - Grupo de Pesquisa em Agronegócios e Desenvolvimento Regional, Curso de Economia da Unioeste, Campus de Toledo-PR. Website: www.professoredson.com.br e e-mail: empreendedorsocial03@yahoo.com.br

expressões, tendo o surgimento das organizações do terceiro setor como principais protagonistas, bem como, ressaltar as formas tradicionais e emergentes de seu enfrentamento. Num segundo momento, destacamos os principais aspectos quanto ao surgimento do empreendedorismo social em meio ao crescimento das organizações do terceiro setor e sua busca pela qualidade de sua gestão. Num terceiro e quarto momento, apresentamos os parâmetros básicos do paradigma da auto-organização, de modo geral e do sistema social na biologia do conhecimento de forma específica. Desta forma, esperamos contribuir para melhor compreender a complexidade do fenômeno em foco e sua contribuição para a transformação social e o desenvolvimento sustentável, que depende não só de fatores econômicos e financeiros, mas também e principalmente da cooperação mútua das pessoas e organizações, tanto governamentais, como empresariais e da sociedade civil. Finalizando fazemos algumas considerações finais sobre o tema proposto e as principais conclusões deste exercício introdutório e aproximativo.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um ensaio analítico teórico, a partir de textos extraídos de livros, artigos de periódicos disponíveis na internet, bem como, parte de nossa investigação no doutorado. É uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CENÁRIO PARADOXAL DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Questão social é um conceito amplo no mínimo polemico. Não objetivos aqui aprofundar este aspecto, e sim destacar que o cenário atual tem este fator como de maior gravidade e de grande desafios para sua superação, e em específico, no âmbito da realidade dos países da América Latina (WANDERLEI, 2003). Em específico destacamos neste cenário alguns pontos de maior importância para nossa análise, pois é neste contexto, que nos deparamos com uma série de elementos complexos, principalmente em se tratando do agravamento das questões sociais e as formas alternativas de enfrentá-las.

3.1.1 Um mundo e uma sociedade paradoxal

Dizer que na atual configuração mundial, estamos somente rumando para o caos é optar por uma visão fatalista e apocalíptica. Também ignorar todas as mazelas e agruras e injustiças, é ter uma visão ingênua e superficial. Num cenário onde avanços tecnológicos e científicos, dividem o mesmo espaço entre a crescente injustiça social, perda de direitos humanos, concentração de renda, aumento da pobreza e miséria global. Neste turbilhão de inovações tecnológicas em meio a pobreza crescente destacam-se as mudanças de espaços e comportamento das pessoas, como assinala Dreifus (1996, p.42). *‘Mudam os espaços de existência – e as percepções que se tem deles e do exercício dos atributos (cidadão, consumidor, vizinhos, etc.) e do potencial do indivíduo em sociedade.’* Desta forma as pessoas, o mundo e a própria vida estão inseridos num contexto onde caos e possibilidades de inovação caminham juntos, ou seja, num cenário paradoxal.

3.1.2 Uma era de profunda superficialidade

A era da inovação automatizada, onde uma idéia, que ainda prancheta ou no monitor, construído por um software *auto-cad*, pode já estar superada mesmo antes de ser lançado o produto no mercado, vemos que de igual forma a vida humana ser considerada como um fator descartável e cada vez mais sendo encarada como elemento de consumo, onde o mais importante é ter do que ser. Vivemos numa sociedade onde em grande parte pode ser caracterizada como uma sociedade *T-flon*. Aquele produto que encontramos em panelas. Que faz com que a gordura fique na “superfície”. É só passar uma esponja que sai facilmente. Assim também se caracterizam alguns relacionamentos humanos. Hoje não se namora mais, “fica-se” com alguém por algum tempo e depois está tudo acabado. Fica-se com outra pessoa. Namoro *T-Flon* é descartável. Vivemos também a ditadura da magreza. Onde o modelo ideal de mulher é de uma top model, o de homem modelo com o corpo bem torneado. Nunca se viu tamanho crescimento da venda de produtos e serviços de beleza, alimentos dietéticos, aparelhos de ginástica, remédios e métodos de emagrecimento. O visual, a imagem assume um poder visceral na vida e no cotidiano dos cidadãos do terceiro milênio. Assistimos, como afirma MAFFESOLI (1996) uma passagem do *Homo politicus* (Grécia Antiga), para o *Homo Economicus* (Era Moderna) e na atualidade o renascimento do *Homo Estheticus*, onde sinaliza-se mudanças nos modos de produção cultural e relacional, ou seja,

assiste-se à volta de um tempo imóvel, de um presente eterno: do mito e do simbolismo. Isso é surpreendente no que diz respeito à pregnância do imaginário na publicidade, nas obras de ficção cinematográfica ou televisiva, mas também, o é menos evidente, na comédia política, assim como na prosa tecnocrática; todas as duas desejam assim preencher ao fosso que separa de suas bases sociais [...] Essa sinergia pode se resumir da seguinte maneira: a realidade ou a surrealidade é antes de tudo, um símbolo vivo, o que para retomar uma observação de H. DRACH, nasce da confusão das águas da vida e do sonho (MAFFESOLI, 1996, p. 20).

Esta compreensão aponta para uma multifacetada direção de análise do homem, seu meio, sua vida, sua sociedade, onde mais que ideais, valores tradicionais, passados de geração para geração são substituídos por sentimentos, desejos e necessidades implantados pelos esquemas publicitários e aparência de discursos e imagens, ou seja, cria-se o que Artrand (MAFFESOLI, 1996, p. 151), chama de *“magnetismo ardente das imagens”*. Aponta ainda a força e complexidade deste fator onde o:

[...] fenômeno estético enraíza-se profundamente no imaginário de nossa existência coletiva, em duas direções principais: de um lado, a força da forma extrai-se da indeterminação, do indiferenciado; do outro, a forma é uma força relacional, exatamente dando a sua qualidade material, ou seja, porque ela tem necessidade de exprimir-se no espaço (MAFFESOLI, 1996, p. 28).

Desta forma as relações, as idéias, as ações passam por uma formação, em sua grande parte, numa medida e profunda superficialidade, o que aliado às novas tecnologias da informação, onde imagem, som e texto fundem-se num *mix* de comunicação virtual em tempo real, face a crescente alienação e massificação da massa populacional excludente, filhos de uma globalização da miséria e descaso com o próprio viver e rumo de um projeto civilizatório, mais digno e humano.

3.1.3 O poder da estética, da imagem e da mídia sobre a percepção humana

Os elementos apontados anteriormente nos remetem a análise do impacto da vida, da imagem na percepção das pessoas. Fato este que pode ser percebido através dos resultados das eleições. Em específico a de 1998, para governadores, deputados federais, estaduais e senadores. Sobre este momento e resultados, Alves (1998), em artigo da época, aponta para a superficialidade da escolha dos candidatos pelos eleitores. Observa que o esperado é uma análise das propostas políticas dos candidatos. O que não ocorre. O que é analisado é a imagem, a representação que é transmitida. A este respeito, lembra ainda, a pergunta de Maquiavel para o Príncipe, sobre o ser justo; onde o que seria mais importante. Ser justo ou parecer ser justo? Conclui Alves, “[...] *politicamente, o que importa é parecer ser justo. O parecer ser define o campo da imagem. O homem não reage a verdade, mas a imagem.*” Aliando a estes pontos salientados, vemos a complicação maior quanto a postura ética da mídia e principalmente dos dirigentes de institutos de pesquisas e agências de publicidade. A este respeito Arruda (1996, p. 26) conclui “... *a tendência de que esteja havendo ausência de perspectiva ética em muitas campanhas publicitárias veiculadas de inúmeras formas, nos anúncios de produtos, serviços e idéias*”. Salienta as conseqüências graves da ausência de ética no uso desta linguagem e manipulação de idéias, valores que afetam profundamente a sociedade como um todo, concluindo:

Entende-se que os usos sociais influem sobre o comportamento humano, já que refletem e condicionam o sistema de valores de uma sociedade. A moralidade desses usos e meios corresponde à dignidade da natureza humana e social, justificando que se estude a forma de sensibilizar a classe publicitária e os demais profissionais de marketing, em todo o mundo, para a grave responsabilidade que assumem diante de sua aparente alienação dos deveres e obrigações éticos para com os cidadãos (ARRUDA, 1996, p. 27).

Esta evidência, do poder da imagem, influência da mídia na percepção das pessoas, fica mais grave quando observamos o quanto ainda desconhecemos sobre a mente humana, como destaca Key (1996), as evidências de como o cérebro recebe, processa, armazena, recupera e comunica-se com outros cérebros são incompletos, hipotéticos e inconclusivos. O que se sabe é que a complexidade deste mecanismo, bem como, do contexto e conjuntura em que vivemos está a mercê da percepção humana. Esteja ele no consciente ou subconsciente.

A realidade percebida conscientemente é geralmente uma enorme simplificação e abstração da realidade verdadeiramente perceptível. A miríade de percepções que o conhecimento consciente não enfatiza, põe de lado, torna desfocada, religa ao segundo plano e/ou reprime, permanece no arquivo inconsciente da mente por períodos variados de tempo. Talvez algumas das percepções fiquem armazenadas permanentemente (KEY, 1996, p. 16).

Aliado ao uso de técnicas de indução, memorização e estimulação, a falta de ética, a superficialidade e crise de paradigmas, o mesmo autor aponta para uma característica do momento atual como sendo a era da manipulação, onde

[...] a mídia da publicidade demonstra o pior da realidade e credulidade humanas e revela como as linguagens, imagens e culturas servem mais para escravizar do que para esclarecer, a menos que o público seja educado para discernir entre fantasia (como gostaríamos que o mundo fosse) e a realidade (a limitada fração de realidade acessível à percepção consciente). As intenções manipuladoras da propaganda e das relações públicas produzem imagens para uma percepção consciente momentânea, seguida de recalque e armazenamento na memória

inconsciente. Elas são criadas para não serem reconhecidas, para serem experiências insignificantes em nível consciente. Esta, de fato, pode ser denominada a Era da Manipulação (KEY, 1996, p. 16).

3.1.4 Mitos e falácias do desenvolvimento social e enfrentamento das questões sociais

Por muito tempo, e até os dias atuais em vários setores, a história do enfrentamento dos problemas sociais em nosso país, esteve sob a lógica da econômica, da filantropia, da caridade e de ações residuais e paternalistas de um Estado burocrático e clientelista (MESTRINER, 2001). Segundo Kliksberg (2000), os modelos de desenvolvimento com base na ênfase no econômico e “naturalidade” dos problemas sociais causados por este processo, sem mostrarem ao longo da história como ineficientes, pois além de não resolverem os problemas os agravaram mais ainda, fazendo com que países como o Brasil e outros da América Latina sejam vistos como um “antiexemplo”,

Na terra mais desigual do mundo, a equidade parece não ter muita importância na busca de soluções para os difíceis problemas econômicos e sociais [...] onde a América Latina é vista com frequência como o caso `antiexemplar` mais relevante em matéria dos efeitos regressivos decorrentes de altos níveis de desigualdade (KLIKSBERG, 2000, p. 15).

Este mesmo autor em outro trabalho (KLIKSBERG, 1994) aponta que entre vários obstáculos na solução dos problemas sociais, esta na forma equivocada de se entender e formular as políticas econômicas e sociais, gerando mitos e falácias que impedem uma ação mais efetiva, entre estas falácias, destaca-se: a falta de ouvir os principais atores deste processo, de que o crescimento econômico basta, de que é preciso ter paciência, de que a desigualdade é um fato natural e não cria obstáculos ao desenvolvimento, de que não é preciso investir em políticas sociais só econômicas, que o Estado não precisa ser forte, o mercado é que importa, a sociedade civil não é capaz de fazer alguma coisa efetiva, a participação da comunidade local não é importante, bem como a ética e que não há outras alternativas, além da econômica. Conclui o autor,

Essas falácias não ajudam a superar a pobreza e a desigualdade, e, ao contrário, com frequência as reforçam estruturalmente. Visões como: negar a gravidade da pobreza, não considerar a irreversibilidade dos prejuízos que causa, argumentar que o crescimento econômico por si só solucionará os problemas, desconhecer a excelência do peso regressivo da desigualdade, desvalorizar a função das políticas sociais, desqualificar totalmente a ação do Estado, não reconhecer o papel da sociedade civil e do capital social, bloquear a utilização da participação comunitária, descartar as discussões, éticas e apresentar o modelo reducionista que se propõe com suas falácias implícitas como a única alternativa possível (KLIKSBERG, 1994, p. 15).

Desta forma, mais do que constatar os números da miséria, da exclusão social, vemos que pensar e agir sobre a complexa tarefa de ler e intervir junto aos problemas sociais, é perceber os contornos e elementos que permeiam este processo, além de constatar a necessidade de tratar esta temática e as ações necessárias de modo a apreender a sua totalidade e profundidade. E isto dentro de um contexto onde as organizações se caracterizam como verdadeiras organizações-rede onde o capitalismo informacional coloca em risco, principalmente aos excluídos socialmente, um modelo de cidadania e democracia desejáveis e necessários aos nossos dias, como afirma o autor: “*A possibilidade de a sociedade humana vir*

a se dividir entre os que têm e os que não têm condições materiais e culturais de obter informação – informação produtiva, informação que gera trabalho e riqueza nas sociedades contemporâneas – é real e já está em curso. O modelo de democracia, qualquer que seja, está posto em questão...” (DANTAS, 1999, p. 257).

4 EMPREENDEDORISMO SOCIAL, TERCEIRO SETOR E AS NOVAS CLIVAGENS NO ENFRENTAMENTO ÀS QUESTÕES SOCIAIS

4.1 TERCEIRO SETOR E EXCLUSÃO SOCIAL

Vários estudos sobre esta temática, nos permite constatar que o contexto do crescimento do processo de exclusão social e a incapacidade do governo em intervir efetivamente junto ao enfrentamento das questões sociais em nosso país, são alguns dos grandes impulsionadoras do surgimento do crescimento das organizações do Terceiro Setor e do conceito e da prática do empreendedorismo social. Tal afirmação vem das seguintes constatações na atualidade:

a) Crescimento do Terceiro Setor: (PROFISSÃO: SOLIDÁRIO, 1999).

- ✍ O Terceiro Setor é a 8ª economia mundial, até 1995 movimentava cerca de 1,08 trilhão de US\$, sem contar as instituições filantrópicas religiosas;
- ✍ No Brasil movimenta cerca de R\$ 10,9 bilhões /11 bilhões de US\$, 1,5% do PIB nacional (1999);
- ✍ Entre 1991-1995, houve um crescimento de 44,38%, maior do que o crescimento da economia brasileira que neste mesmo período foi de 19,86%;
- ✍ São 29 milhões de pessoas trabalhando no terceiro setor, tanto remuneradas como voluntárias, no Brasil 1,45 milhão atua no setor, 23% como voluntários;

b) Necessidade de profissionalização das pessoas que trabalham no Terceiro Setor

Vários estudiosos do assunto vem apontando como grande tendência a busca da profissionalização das pessoas que atuam no campo social (FONTES, 2000; LIMA, 2000; CORRION, 2000; GONZÁLEZ, 2000), e isto decorrente as novas demandas e configurações da questão social, e adoção de novos modelos de gerenciamento social, o que torna este campo como sendo alternativo para o desenvolvimento da carreira profissional, e de novos postos de trabalho, principalmente no tocante aos processos de gestão (TEODÓSIO, 2000; OLIVEIRA, 1996).

c) Transferência de conceitos, técnicas e métodos de trabalho, do setor privado para o Terceiro Setor

Esta busca da profissionalização do terceiro setor, é fortemente influenciada pela participação e intervenção de empresas no campo social (RICO, 1998; CABRAL, 2000). Que poder ser corroborado pelo exemplo crescente da busca de empresas pela certificação social, um sistema de certificação da qualidade da responsabilidade social, semelhante à certificação da série ISO 9000 de qualidade e produtividade. A versão no campo social em específico empresarial, é denominada de SA 8000 (Social Accountability 8000) (SA 8000, 2001), criado

pela SAI – (Social Accountability Internacional) e aplicado e disseminado pela CEPAA (Council on Economic Priorities Accreditation Agency, New York). Esta norma é baseada nos princípios dos direitos humanos e das normas da OIT (Organização Mundial do Trabalho), tem como principal objetivo, estimular as organizações empresariais a desenvolverem ações concretas no âmbito social, interno e externo; procura agregar e desenvolver valores como cidadania, ética e responsabilidade social nos negócios.

4.2 DO EMPREENDEDORISMO EMPRESARIAL AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Em nossa investigação no doutorado (OLIVEIRA, 2004) aprofundamos o estudo sobre o empreendedorismo social, de forma geral e com maior ênfase no caso Brasileiro. Nesta pesquisa podemos constatar que o surgimento do empreendedorismo social é fortemente influenciado pelo empreendedorismo empresarial, mas apresentando características próprias, como podemos ver no quadro a seguir:

QUADRO 1 – Comparação entre empreendedorismo privado e empreendedorismo social

| Empreendedorismo privado | Empreendedorismo social |
|--|--|
| 1. é individual | 1. é coletivo |
| 2. produz bens e serviços para o mercado | 2. produz bens e serviços para a comunidade |
| 3. tem foco no mercado | 3. tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais |
| 4. sua medida de desempenho é o lucro | 4. sua medida de desempenho é o impacto social |
| 5. visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio | 5. visa resgatar pessoas da situação de risco social e promove-las |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de MELO NETO & FROES, 2002, p. 11

Constatamos também que tanto em nível internacional como nacional, o conceito e a prática do empreendedorismo social tem sido disseminado e estimulado por organizações como a Ashoka, Fundação Banco do Brasil, Comitê de Democracia da Informática, e Academia social. Destas a que mais tem intensificado este conceito e prática é a Ashoka. Uma ONG norte-americana, fundada em 1980 por Bill Drayton, um ex-consultor da McKinsey & Co., que tem como finalidade maior, capacitar e estimular o autodesenvolvimento dos processos de gestão de organizações sem fins lucrativos e que tragam resultados de impacto social. O nome Ashoka é de origem indiana. No século III a.C Ashoka (do sânscrito que significa *ausência de tristeza*) era um líder Indiano, que através de suas ações inovadoras criou um sistema de saúde e ensino público que revolucionaram a vida social em sua época.² Segundo BORNSTEIN (2001), atualmente a Ashoka, com sede mundial em Washington, Estados Unidos, oferece apoio financeiro para cerca de 1.000 empreendedores sociais em 33 países, no Brasil são cerca de 200 projetos (CUNHA, 2001)³. Segundo Cunha (idem, p.2), Drauyton, criador da Ashoka, define os empreendedores sociais como “pessoas... [que tem] visão estratégica, habilidades e determinação, não desistem enquanto não resolverem os problemas sociais não apenas na sua localidade, mas em todo o sistema.” Aponta como exemplo alguns projetos que já atingem proporções internacionais, entre eles o de Muhammad Yunus, criador do Banco de Grameen em Bangladesh fornecendo micro-crédito para pequenos empresários para combater a pobreza. Uma das principais características do

² Dos primeiros passos à volta ao mundo, in: www.ashoka.empreendedores.org.br

³ Dados mais recentes já estimam ser mais de 1.100 em mais de 43 países.

empreendedorismo social, é a inovação de empreendimentos sociais, que aliam ferramentas empresariais e o comprometimento e engajamento social. Atualmente o empreendedorismo social sai de uma esfera empresarial para uma esfera e projeção de desenvolvimento social, como apontam Melo Neto e Froes (2001, p. 31)

O paradigma do empreendedorismo social objetiva, portanto, **transformar a realidade social** com base nos seguintes pressupostos fundamentais.⁴

- ≈ reflexão junto com as comunidades;
- ≈ criação e desenvolvimento de soluções antes impossíveis de inserção social em seu sentido mais amplo;
- ≈ existência do exercício pleno da cidadania;
- ≈ enfoque da sociedade em termos de geração de renda, produtividade, justiça social e ética;
- ≈ estabelecimento de novas parcerias, com a total integração entre governo, comunidade e setor privado;
- ≈ foco na melhoria da qualidade de vida dos atores sociais;
- ≈ reversão do distanciamento entre economia, sociedade e ética;
- ≈ incremento de práticas sociais empreendedoras e reforço da solidariedade social local.

O empreendedorismo social, também surge no epicentro do crescimento das organizações do terceiro setor, crescente intervenção empresarial, redução das fontes públicas de investimento social, crescimento dos movimentos anti globalização, e complexidade das relações sociais e enfrentamento na busca de ações que produzam desenvolvimento sustentável e justiça social.

Isto faz com o mesmo se apresente como uma alternativa emergente para o enfrentamento das novas formas e estratégias de combate à pobreza, como sinalizamos a seguir. Desta forma é transferido vários conhecimentos e estratégias, que levam os gestores das organizações do Terceiro Setor a encararem o seu trabalho da mesma forma que estivessem gerenciando um negócio (empreendimento privado), sendo que os resultados, diferentemente do campo privado, é totalmente retornado para a organização.

4.3 NOVAS CLIVAGENS QUANTO AO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES SOCIAIS

O que podemos constatar é que na atualidade, decorrente as falácias e mitos do enfrentamento dos problemas sociais, frente ao contexto paradoxal da sociedade da informação e conhecimento, e o do crescimento e importância das organizações do Terceiro Setor, e uso do empreendedorismo social, fica evidente o surgimento de novas formas de analisar e propor novas ações, pois as mesmas estão emergindo e alterando profundamente este cenário. Destacamos a importância das organizações do Terceiro Setor como geradoras de capital social e de possibilitar novas alternativas de políticas e ações de resoluções mais éticas e eficazes da gestão social. Segundo SOUTO-MAIOR Fontes (2000), isto pode ser constatado pelo fato destas organizações se caracterizam como organizações que compõem redes sociais, alimentadas pela solidariedade, cooperação e interação de diversos atores sociais (estado, população, empresas, etc.). Sua importância reside no fato de que,

⁴ op.cit, 2002, p.33 [grifo nosso]

[...] a solidariedade produzida na esfera do mundo da vida se dá a partir de trocas não circunscritas em um espaço de tempo, traduzindo-se antes de tudo pela reafirmação de laços sociais que se prolongam por uma trajetória de sociabilidade não necessariamente inscrita na contabilidade de equivalência de objetos que se intercambiam” (idem, p.3) .

O autor destaca que este modo de ser destas organizações, produz um dos elementos de maior importância para a transformação social numa sociedade globalizada, o capital social, que segundo o autor pode ser entendido como:

Capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades tendo como duas características comuns: consistem todas em algum aspecto da estrutura social, e facilitam algumas ações de indivíduos que estão na estrutura. Como outras formas de capital, capital social é produtivo, tornando possível a realização de alguns objetivos na sua ausência [...] capital social por sua vez, é criado quando as relações entre pessoas muda de forma que facilite a ação (idem, p. 9).

Neste sentido o autor conclui, e assim também concordamos, que as organizações do terceiro setor, são produtoras por excelência de ações que geram capital social, ou seja, propiciam ações conjuntas em prol do enfrentamento dos problemas sociais de forma a valorizar as relações, a cooperação, interação e fortalecimentos dos laços de solidariedade. Desta forma surgem novas formas de entender e enfrentar os problemas sociais, segundo Kliksberg (1997), isto passa pela superação das falácias econômicas e da ênfase na cultura e da reestruturação da família,

A cultura dos pobres é capital social que, exponenciado, pode servir de base para a resposta a problemas sociais essenciais. A tecnologia doméstica, os saberes, os costumes, as capacidades inatas de auto-organização existentes nessas culturas podem contribuir para que se encontrem soluções inovadoras e adequadas em educação, saúde, agricultura, construção, dentre outras áreas (idem, p. 34) [grifo nosso].

5 O PARADIGMA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA DE ANÁLISE/LEITURA DOS FENÔMENOS E FORMAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Em nossas primeiras aproximações junto ao paradigma de auto-organização podemos constatar que o mesmo não um conceito único mas com variações, como afirmam FLICKINGER & NEUSER (1994), mas fica nítido que independente das compreensões, as teorias de auto-organização procuram se contrapor a teoria e conceito clássico de ciência que apresenta uma forma linear-causal, o que frente a complexidade da atual sociedade se mostra com vários problemas, necessitando desta forma de um paradigma que possa melhor contribuir para esta leitura e apreensão de uma realidade cujo signo maior é a complexidade. Segundo FLICKINGER & NEUSER (1994), a auto-organização possibilita esta tarefa,

Ora, a diferença entre a teoria clássica e a teoria de auto-organização expressa-se no fato de na teoria clássica serem consideradas única e exclusivamente relações mecânicas dos componentes de objetos compostos, enquanto na teoria de auto-organização permitem-se, também, outras relações, p.e., aquelas recursivas, nas quais o efeito precede a causa [...] O objeto das teorias de auto-organização não é mais tomado como estático e sempre dado num determinado ambiente, senão enquanto objeto dinamicamente forçado seu autoconfigurar sempre de novo; o que acontece, p.e., no caso da recursividade [...] Em consequência deste

novo olhar para o objeto surgem novas perguntas referentes às condições teóricas do conhecimento (idem, p.15).

Ainda segundo esses autores, para que aja auto-organização, é preciso que ocorram alguns eventos que caracterizem um sistema físico auto-organizativo:

[...] 1) ambiente adequado; um sistema dinâmico ativo; diversos elementos do sistema, que se possam influenciar reciprocamente; que no transcurso do processo e na evolução do sistema, possa haver: a) um estágio, em que o processo seja meta-estável, isto é, em que não ocorra nada na evolução do sistema enquanto não acontecer nada com os seus elementos (...) a fase de ligação assinala a situação meta-estável; b) durante a evolução do sistema, precisamos de uma perturbação do estado meta-estável e de flutuações críticas dos valores dos parâmetros; 5) precisamos de um ambiente estável e constante. Nesta perspectiva a teoria de auto-organização é uma ferramenta indispensável para análise de sistemas complexos, “... sistemas complexos, que dificilmente podem ser vistos enquanto totalidade ou absolutamente não podem sê-lo, transforma-se em partes manipuláveis dos sistemas (idem, p.50).

Logo, podemos entender que a auto-organização se dá quando o sistema se apresenta dinâmico e com alterações em seus parâmetros estabilizadores, onde de forma complexa as mudanças correm em si mesmo afetando todo o sistema, ou seja,

[...] o conceito de auto-organização parece descrever, com sentido, processos de sistemas dinâmicos, os quais encontram uma posição de equilíbrio local e dinâmico, bem longe de um equilíbrio estático [...] O sistema resulta da evolução de suas partes. Isto não é a evolução do sistema. A evolução do sistema é uma seqüência proveniente de transições de estados do sistema integral, pensadas quase estaticamente.⁵

Encontramos outras definições de auto-organização, entre eles de DEBRUM *et al.* (1997, p.13)

Há auto-organização cada vez que, a partir de um encontro entre elementos realmente (e não analiticamente) distintos, desenvolve-se uma interação sem supervisor (ou sem supervisor onipotente) – interação essa que leva eventualmente à constituição de uma `forma` ou à reestruturação, ou `complexificação`, de uma forma já existente.

O autor diferencia a auto-organização em primária e secundária. A primeira é quando ocorre

[...] a interação seguida de eventual interação se realiza entre elementos totalmente distintos (ou havendo, pelo menos, predominância de tais elementos), num processo sem sujeito nem elementos central nem finalidade imanente – as possíveis finalidades situando-se a nível dos elementos”, a segunda quando [...] num processo de aprendizagem (corporal, intelectual ou existencial), a interação se desenvolve entre as partes (mentais e/ou corporais) de um organismo – a distinção entre partes sendo então `semi-real`- sob a direção hegemônica mas não dominante da `face-sujeito` desse organismo.⁶

⁵ idem, p. 59.

⁶ idem.

6 AUTO-ORGANIZAÇÃO E O SISTEMA SOCIAL

Dessa forma o sistema que sofre o processo de auto-organização pode apresentar graus alterados de intensidade de informação, ordem (e desordem) incertezas e ambigüidades. No tocante ao sistema social, encontramos algumas abordagens, p.e. a apresentada por Boff (1998), onde o mesmo afirma que o padrão de auto-organização pode ser encontrada numa molécula e até numa sociedade avançada, ou seja,

[...] é a maneira com as partes se relacionam entre si de tal forma que possamos distinguir uma abelha de um cavalo, um cavalo de um ser humano e um ser humano de uma sociedade concreta como a brasileira. O singular dos seres vivos reside no fato de eles se auto-produzirem e continuamente se auto-criarem e continuamente se auto-criarem em rede (*autopoise*, na linguagem de Maturana e de Valera). Cada componente ajuda na criação, manutenção e regeneração do outro e todos do conjunto (idem, p. 58).

Nesta última citação e menção da obra de Maturana (1997), procuramos aprofundar um pouco mais, e descobrimos que esta abordagem se mostrou no mínimo interessante e reveladora, principalmente quando verificamos o emergir de novas formas de leitura e enfrentamento dos problemas sociais. Auto-organização para este autor, é definido como *autopoise*, ou seja, “*uma rede de produção de componentes no qual os componentes produzem o sistema circular que os produz*” (idem, p. 21). Esta perspectiva, aplicada na análise dos seres vivos, e dos seres humanos e sua organização social, denominada por Maturana de biologia do fenômeno social apresenta alguns conceitos que face aos elementos de complexidade do cenário da sociedade da informação e do conhecimento no enfrentamento aos problemas sociais, são reveladores e sinalizam formas diferenciadas de se ver e agir nesta realidade. Um bom exemplo é o conceito de sistemas sociais, segundo o autor,

Cada vez que os membros de um conjunto de seres vivos constituem, com sua conduta, uma rede de interações que opera para eles como um meio no qual eles se realizam como seres vivos, e no qual eles, portanto, conservam sua organização e adaptação, e existem em uma co-deriva contingente com sua participação em tal rede de interações, temos um sistema social (idem, p. 199).

O ser humano para Maturana (1997) se distingue dos demais seres vivos pela capacidade de produzir linguagens e significados. Afirma que para haver um sistema social humano, é necessário que decorrente as interações haja o resultado de recorrências de cooperação, a importância deste fator é decisivo para que haja o processo de *autopoise*,

[...] De fato, se há recorrência de interações cooperativas ente dois ou mais seres vivos, o resultado pode ser um sistema social se tal recorrência de interações passar a ser um mecanismo mediante o qual eles realizam sua *autopoises*. A recorrência de interações cooperativas é sempre expressão do operador dos seres vivos participantes de um domínio de acoplamento estrutural recíproco, e durará enquanto esse durar. Em nós seres humanos, esse acoplamento estrutural recíproco se dá espontaneamente em muitas circunstâncias diferentes como expressão de nosso modo de ser biológico atual, e aparece um observador, como uma *pedajosice* que pode ser descrita como o prazer da companhia, ou como amor em qualquer uma de sua formas. Sem essa *pegajosice* biológica, sem prazer da companhia, sem amor, não há socialização humana, e toda sociedade na qual se perde o amor, se desintegra (...) Em suma, existimos como seres humanos somente em um mundo social que, definido por nosso ser na linguagem, é o meio no qual nos realizamos como seres vivos, e no qual conservamos nossa organização e adaptação. Em outras palavras, toda nossa realidade humana é social, e

somos indivíduos, pessoas, somente enquanto somos seres sociais na linguagem” (idem, p. 203) [grifo nosso].

O autor ainda afirma que o modo como os seres vivos estabelecem sua forma organizativa de viver, determina os valores e condutas deste sistema social, desta forma todo sistema social apresentam processos de conservação, o que provoca uma resistência ao processo de mudança, a mudança só ocorre quando há sedução ou por não poder evitar o crescimento dentro do sistema. Conclui o autor: “[...] *como toda sociedade se realiza na conduta dos indivíduos que a compõem, há mudança social genuína em uma sociedade, somente se houver uma mudança genuína na conduta de seus membros. Toda mudança social é cultural*” (idem, p. 206). Ressalta que a conduta social é caracterizada pela cooperação, o que leva a compreensão, segundo o autor, que o sistema social humano se funda no amor. Amor como fator biológico de interação e reciprocidade entre os membros de um sistema social, fator este fundamental para o processo de *autopoieses*, pois, a mesma só ocorre na interação dos seres vivos, no caso dos sistemas sociais, sem amor não há socialização. ‘*Se não há amor não há socialização genuína e os seres humanos se separam. Uma sociedade, na qual se acaba o amor entre seus membros, se desintegra. [...] Ser social envolve sempre ir com o outro, e só se vai livremente com quem se ama*’⁷. Desta forma, o ser humano convive entre processos de competição e de cooperação, as sociedades que sabem melhor alimentar a primeira obtém resultados significativos quanto só desenvolvimento do sistema, ao contrario da primeira, percebe-se verifica-se a presença da negação do outro e por tanto da desintegração do sistema social. Segundo Maturana, ao refletir sobre os problemas sociais, os mesmos são historicamente constituídos, criados pelos próprios seres humanos, pois o ser humano através da justificativa da competição, encontra as razões e justificativas para exclusão, escravidão e exploração dos sistemas produtivos. Assim sendo,

[...] os problemas sociais são sempre problemas culturais porque têm a ver com os mundos que construímos na convivência. Por isso, a solução de qualquer problemas social sempre pertence ao domínio da ética, isto é, ao domínio da seriedade na ação frente a cada circunstância que parte da aceitação da legitimidade de todo ser humano, de todo outro, em suas semelhanças e diferenças⁸.

Podemos resumir que o paradigma da auto-organização, contribui significativamente para a leitura dos problemas sociais a partir do entendimento da sociedade como um sistema social humano e que a vida se constrói a partir de processos contínuos de auto-organização, como afirma BOFF,

[...] a vida, pois, resulta de um processo de auto-organização complexo da matéria e da energia do universo que forma a teia da vida, que vem da mais alta ancestralidade. Foi adquirindo complexidade e emergência ao longo de todo o processo de evolução, até ganhar uma forma singular, consciente, inteligente e amorosa no ser humano (BOFF, 1998, p. 59).

Pensar na existência e potencialidade da auto-organização social, é poder pensar e resgatar a utopia possível de uma `nova terra e um novo céu`, pois é próprio do ser humano ser um ser inacabado, e portanto em plena condição de se auto-organizar e restaurar sua condição de vida e sociedade. E essa revolução de sociedade, pode e deve ser em outros moldes, que não sejam como o atual e predominante (Capitalista) e nem como o outro que

⁷ Idem.

⁸ idem, p. 208.

pretendia ser oposto, mas que a história provou ser também ineficiente (socialismo/comunismo), é possível e desejável um novo projeto civilizatório, onde de fato a democracia, a cidadania seja exercida, onde não só a revolução da fome possa ocorrer, mas também a revolução da beleza, da criatividade, na solidariedade, na cooperação e interação e amor entre seus membros, ou seja, “... *democracia popular, que vem de baixo para cima, participativa, cotidiana, assentada no funcionamento das associações da sociedade civil, solidária, libertária e espiritual. Este é o projeto que está sendo gestado e já antecipado na vasta rede do movimento popular em quase todos os países do mundo*” (idem, p. idem, p. 152). Se assim aceitarmos, vemos que de fato o paradigma da auto-organização deve doravante fazer parte das análises das questões que envolvem o ser humano em sociedade, tal afirmação esta apoiada nas seguintes e finais constatações em relação à auto-organização, como teoria e como fator natural do ser humano. A primeira, encontramos em FLICKINGER & NEUSER (1994, p. 45). “[...] *a auto-organização é um conceito holístico da compreensão do mundo, sob a qual o todo é considerado sempre apenas como todo...*” E segundo em BOFF (op. cit. p. 161) “*O ser humano, na verdade, nunca termina de construir-se. Cada fim é um novo começo [...] O ser humano é um projeto infinito [...]*”.

7 O EMPREENDEDORISMO SOCIAL PODE SER CARACTERIZADO COMO FATOR INDUTOR DE AUTO-ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES SOCIAIS ?

A partir das considerações efetuadas, e considerando nossa hipótese básica de trabalho, podemos afirmar que o empreendedorismo social, se caracteriza como uma nova forma de dinamização da gestão das organizações do terceiro setor, o que em última análise, gera uma nova forma de agir e interagir destas organizações com os vários segmentos da sociedade, e assim pode ser considerado como um fator de indução de auto-organização social, e isto decorrente aos seguintes e principais fatores:

- 7.1 Primeiro a aplicação do empreendedorismo social, propicia e impulsiona não só a criação de formas de gestão mas também novas formas de relação das pessoas envolvidas e vários segmentos da sociedade, pois o empreendedor social se caracteriza como um ser de mudanças, ou seja, os empreendedores sociais são os reformadores e revolucionários descritos por Schumpeter, mas com uma missão social. Eles realizam mudanças fundamentais na forma com que as coisas são feitas no setor social. Suas visões são arrojadas. Eles atacam as causas básicas dos problemas, ao invés de apenas tratar os sintomas (DEES, 2002);
- 7.2 Segundo, sendo uma ferramenta propulsora de ações inovadoras, a mesma dinamiza e estimula a integração, cooperação e auto-sustentabilidade das organizações, seus gestores e dos serviços e produtos que oferece, gerando o principal elemento na atualidade para impulsionar ações transformadoras, o capital social;
- 7.3 Terceiro, este processo ocorre nas OTS, as mesmas se diferem das organizações do primeiro setor (privadas – mercado- lucro) e das Governamentais (Estatais, municipais, federais, autarquias, etc.), o que gera uma forma de auto-organização social, afetando o modo de conservação histórico de tratamento da pobreza e demais problemas sociais, o que observado no impacto de suas ações que geram empoderamento e emancipação social;
- 7.4 Quarto, a perspectiva de *autopoieses*, e a perspectiva da biologia do conhecimento em Maturana (1997), contribuem significativamente para uma melhor compreensão do

fenômeno dos problemas sociais, bem como, da abertura de novos olhares da complexidade dos problemas sociais, não sendo somente econômicos mas sobre tudo ético e referente a conduta social, a falta de amor e seriedade quanto ao uso correto dos recursos, seja informacionais, de conhecimentos ou financeiros para uma melhor aplicação e resultados mais significativos, o que só pode ocorrer se houver, como disse Maturana (1997), uma verdadeira e genuína mudança de conduto de todos os membros da sociedade, e em específico, destacamos as autoridades de nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os paradigmas são formas de leitura da realidade, a realidade não pode ser vista de forma “neutra”, pois vemos com nossos olhos que já estão revestidos de uma lente gerada por nossa história de vida, como afirma Maturana (1997), como observadores somos seres vivos, desta forma, “conhecer é viver, e viver é conhecer”. Logo, a apreensão da realidade é necessária, mas antes de tudo de forma contextualizada e considerando a sua complexidade. E o contexto atual é de uma realidade complexa e paradoxal. E em se tratando da análise do crescimento das organizações do terceiro setor, bem como, do surgimento de novas abordagens quanto ao entendimento e enfrentamento das expressões da questão social, e as possíveis formas de intervenção, é necessário um novo paradigma que auxilie neste processo. Procuramos a título de ensaio e aproximação, mostrar que o paradigma da auto-organização pode contribuir para uma leitura objetiva destes fenômenos, bem como, realizar novas sínteses, eivadas de esperança e alento, e não mais de limitações criticistas, fatalistas, polarizantes, dogmáticas e excludentes, onde uma pseudototalidade exclui fatores essenciais da vida humana e do sistema social humano em específico. Na verdade, quando vemos a busca e ênfase em fatores como a cultura e reestruturação do sistema familiar e da geração de capital social, como alternativas eficazes para o enfrentamento das questões sociais, estão constando que a auto-organização social é real e faz parte do ser humano. Pois as organizações do terceiro setor fazem hoje o que sempre foi marca registrada da espécie humana, que é antes de tudo, humanizar as suas relações, tendo o amor, a solidariedade e a cooperação, como fatores chaves da transformação social efetiva e verdadeira. Que o presente trabalho possa contribuir para o debate e as novas aplicações deste paradigma, que mostra cada vez mais adequado para a realidade complexa e paradoxal da chamada sociedade da informação e do conhecimento. Finalizando faço minha as palavras de BOFF (1998, p. 152). *“Não basta atender às necessidades básicas e com isso fazer a revolução da fome. Importa criar espaço para o exercício das capacidades humanas e da criatividade. Por isso é necessário completar a revolução da liberdade criadora”*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rubens. Os gênios da garrafa. **Jornal Folha de São Paulo**. Domingo 04/out/1998.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho *et al.* Os padrões éticos da propaganda na América Latina. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, jan-mar/, v. 36, nº 1, p.21-27, 1996.

BOFF, Leonardo. **A águia e galinha**: uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BOFF, Leonardo. **O despertar da águia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BORNSTEIN, David. **Agora uma força no mundo, sociedade civil flexiona musculatura social**. Acesso em: < <http://www.ashoka.org.br>>. Acesso em junho de 2001.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. Um estudo exploratório do processo de gestão em organizações do terceiro Setor, In: II Seminário sobre gestão de organizações do Terceiro Setor. **Anais...** São Leopoldo, UNISINOS, 2000.

CORRION, Rosinha Machado. Organizações privadas sem fins lucrativos. **Tempo Social** v.12, nº 2, São Paulo: USP, 2000.

CUNHA, Rodrigo Vieira. O mapa dos negócios **Você s/a**, nº 31, janeiro p.36-43 São Paulo: Ed. Abril, 2001.

DANTAS, Marcos. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRE, Helena M. M. & ALBAGLI, Sorita (org.) **Informação e Globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DEBRUN, Michel *et al.* **Auto-organização: estudos interdisciplinares**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997 (coleção CLE).

DEES, J. Gregor. **O significado de empreendedorismo social**. Disponível em: <<http://www.academiasocial.org.br>>. Acessado em: 18/02/2002.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do conhecimento**: os desafios da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **A época das perplexidades**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

FLICKINGER, Hans-Georg; NEUSER, Wolfgang. **A teoria da auto-organização**: raízes de interpretação construtivista do conhecimento. Porto Alegre: Edpucrs, 1994.

FONTES, Bruno A. S. M. Capital Social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias In: II Seminário sobre gestão de organizações do Terceiro Setor, **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

GONZÁLEZ, Rodrigo S. Filantropia e Terceiro Setor: o que há de novo nas (dês) obrigações do Estado com a questão social. In: II Seminário sobre gestão de organizações do Terceiro Setor, **Anais...** São Leopoldo, UNISINOS, 2000.

KEY, Wilson Bryan. **A era da manipulação**. São Paulo: Scritta, 1996.

KLIKSBERG, Bernado. **Desigualdade na América Latina**: o debate adiado. São Paulo: Cortez/unesco, 2000.

KLIKSBERG, Bernado. Dez falácias sobre os problemas sociais da América Latina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento e Econômico**, nº 82, Curitiba: Ipardes, 1994, p.4-26.

KLIKSBERG, Bernado. **O desafio da exclusão**: para uma gestão social eficiente. São Paulo: Fundap, 1997.

LIMA, Paulo Rogério dos Santos. A responsabilidade social empresarial em uma nova perspectiva de ação empresarial. **Pensamento e Realidade**, nº 7, ano III, setembro, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Mark, 1997.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1997.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MESTRINER, Maria Luiz. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Tratamento da informação na prática profissional do assistente social**: um estudo de caso. (dissertação de mestrado) São Paulo: PUC, 1996.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo social no Brasil**: fundamentos e estratégias. (Tese doutorado). Franca-SP: Unesp, 2004.

PROFISSÃO: SOLIDÁRIO. **Jornal Folhas de São Paulo**, Caderno Especial Folhatrainne, 8/setembro/1999.

RICO, Elizabeth de Melo. **O empresariado, a filantropia e a questão social**. Serviço Social e Sociedade, nº 58, novembro, 1998.

SA 8000. **Norma Internacional de Responsabilidade Social Empresarial**. Disponível em: <<http://www.cepaa.org/sa8000>>. Acesso em: março de 2001.

SOUTO-MAIOR FONTES, Breno Augusto. Capital social e Terceiro Setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias. In: II Seminário sobre gestão de organizações do Terceiro Setor. **Anais...** São Leopoldo, UNISINOS, 2000.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza *et al.* Projetos Sociais em Pequenas empresas: entre a competitividade e a solidariedade, In: II Seminário sobre gestão de organizações do Terceiro Setor. **Anais...** São Leopoldo, UNISINOS, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A participação da questão social na América Latina **Serviço Social e Sociedade**, nº 76, São Paulo: Cortez, p. 37-57, 2003.